

Carta de compromisso com o Rio São Francisco e a segurança hídrica de Minas Gerais

Resposta à Agenda Estratégica do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco para as Eleições 2026

Belo Horizonte, 31 de agosto de 2026

Ao Senhor
Cláudio Ademar da Silva
Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CBHSF

Prezado presidente Cláudio Ademar,

Agradeço ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco pelo envio da Carta Aberta e do documento “Compromissos Estratégicos para os Programas de Governo e Planos de Ação – Eleições 2026”. Li as contribuições com atenção. O documento apresenta dez compromissos que tratam a água não como uma pauta isoladamente ambiental, mas como elemento estruturante de desenvolvimento, dignidade, segurança e futuro. Essa compreensão é também a nossa.

Minha relação com o Rio São Francisco, entretanto, começa muito antes da candidatura ao Governo de Minas Gerais.

Meu pai é de Pirapora. Parte importante da minha infância está ligada àquelas águas, às tardes no Canoeiros e à presença do Benjamim Guimarães, que permanece na minha memória como parte da paisagem afetiva do São Francisco. Para mim, portanto, o Velho Chico nunca foi uma linha azul num mapa de Minas Gerais. É parte da história da minha família e da minha própria formação.

Talvez por isso a água tenha adquirido um significado tão especial na maneira como penso políticas públicas. Tenho como uma de minhas referências nessa agenda Apolinário, e já anunciei José Cláudio Junqueira Ribeiro para comandar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável caso eu seja eleito. José Cláudio conhece profundamente o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e compartilha a compreensão de que gestão hídrica exige capacidade técnica, continuidade institucional e planejamento.

O documento do CBHSF recorda a dimensão do desafio: são aproximadamente 640 mil km², 505 municípios e 15 milhões de habitantes numa bacia que sustenta abastecimento, agricultura, energia, indústria, navegação, pesca, produção de alimentos e turismo. O São Francisco demonstra, talvez melhor que qualquer outro rio brasileiro, por que água não pode ser administrada segundo fronteiras políticas.

É com essa compreensão que apresento nossa posição sobre os dez compromissos propostos.

1. Fortalecer a governança das águas

Há convergência.

Nosso Plano de Governo prevê recompor e qualificar o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, formado por Semad, Feam, IEF e Igam, com servidores permanentes, formação continuada e capacidade técnica para licenciar, fiscalizar e monitorar. Também propomos reorganizar os instrumentos estaduais, inclusive a outorga do direito de uso dos recursos hídricos, para concentrar capacidade técnica onde o risco ambiental é maior.

Recebo, entretanto, a contribuição do CBHSF como um passo adicional: fortalecer a interlocução do Igam com os comitês de bacia e reconhecer efetivamente a bacia hidrográfica como unidade de planejamento da política hídrica estadual.

Não quero substituir os comitês. Quero um Estado tecnicamente capaz de trabalhar com eles.

2. Promover a revitalização hidroambiental

Há convergência e possibilidade de aprofundamento.

Nosso plano estabelece que áreas prioritárias para segurança hídrica devem orientar compensação, fiscalização, investimento e restauração, e determina atenção à proteção de bacias e nascentes.

A Agenda do CBHSF acrescenta instrumentos que considero especialmente relevantes: recuperação de áreas de recarga e APPs, conservação do solo, pagamento por serviços ambientais e soluções baseadas na natureza. O Comitê também registra experiências com barraginhas, conservação de solos, proteção de nascentes e saneamento rural.

Essas experiências devem ser avaliadas tecnicamente e, quando comprovadamente eficazes, ampliadas.

3. Universalizar o saneamento urbano e rural

Este é um dos pontos de maior convergência.

Minas Gerais trata atualmente apenas 42,5% do esgoto, segundo o SINISA utilizado em nosso plano.

Propomos fortalecer a Arsae-MG, com auditorias regulares, autonomia técnica, fiscalização, metas de qualidade, redução de perdas, tarifa social, tratamento de esgoto e transparência. Também estabeleceremos contratos com cronograma por município, responsabilidades e metas intermediárias, incluindo explicitamente áreas rurais, distritos, municípios com menor capacidade técnica e periferias.

Concordo com o CBHSF: revitalizar um rio enquanto continuamos lançando esgoto nele é uma contradição.

4. Garantir segurança hídrica e convivência com o semiárido

Há convergência, e esta contribuição deve aprofundar nosso trabalho.

O documento lembra que aproximadamente 78% da Bacia do São Francisco está inserida no semiárido e pede infraestrutura hídrica, monitoramento hidrometeorológico, preparação para eventos críticos e soluções baseadas na natureza.

Essa é uma área em que não considero responsável inventar metas sem conhecer a disponibilidade hídrica real de cada território. Por isso, o primeiro dever será produzir e integrar dados capazes de orientar decisões sobre abastecimento, atividade econômica e segurança hídrica.

O Norte de Minas Gerais não pode receber a mesma política hídrica desenhada para uma região de maior disponibilidade de água.

5. Fortalecer o planejamento integrado da Bacia

Assumo o compromisso de participação ativa de Minas Gerais na construção e implementação do novo PIRH-SF.

O CBHSF propõe algo particularmente importante: uma base comum e atualizada de dados, um balanço hídrico único e planejamento de curto, médio e longo prazos, integrando o rio principal às bacias afluentes.

É exatamente a lógica de governo que defendemos: diagnóstico antes da decisão e indicador depois dela.

Minas Gerais não pode elaborar sua política para o São Francisco ignorando aquilo que acontece rio acima, rio abaixo ou nos afluentes.

6. Fortalecer os municípios

Convergência direta com os Governos Regionais.

O CBHSF observa corretamente que muitos municípios da bacia não possuem capacidade técnica e financeira suficiente para executar suas responsabilidades sobre drenagem, ordenamento territorial, saneamento e uso do solo.

Nossos Governos Regionais existem justamente para enfrentar esse problema. Sem ampliar a despesa com pessoal, reorganizaremos estruturas estaduais para apoiar municípios, articular consórcios e acompanhar convênios, indicadores, obras, prazos e programas.

Município pequeno não pode perder recurso porque não conseguiu elaborar um projeto tecnicamente adequado.

7. Ampliar monitoramento, dados e conhecimento

Concordo integralmente com o princípio.

O CBHSF propõe integrar bases estaduais e federais e ampliar o monitoramento hidrogeológico, hidrológico, hidrometeorológico e da qualidade da água, articulando comitês, instituições técnicas, órgãos gestores e universidades.

Quero que Minas Gerais avance para uma política em que cada bacia possa ser acompanhada por indicadores compreensíveis de disponibilidade, qualidade, risco, uso e vulnerabilidade.

Essa formulação é um aprofundamento que estamos discutindo a partir das contribuições recebidas. Não consta com esse detalhamento no plano registrado e faço questão de deixar essa distinção clara.

8. Assegurar usos múltiplos e sustentáveis da água

Concordo com a orientação.

Abastecimento humano, agricultura, energia, indústria, mineração, navegação, pesca e turismo dependem da mesma água. O CBHSF propõe fortalecer enquadramento, fiscalização e outorga, além de eficiência, redução de perdas e reúso.

Nosso plano já trata de outorga, redução de perdas e fortalecimento institucional do Igam. A contribuição do Comitê ajuda a avançar na integração desses instrumentos.

Conflito pelo uso da água não se resolve quando a água acaba. Resolve-se antes, com dado, planejamento e regra.

9. Fortalecer participação social, educação ambiental e comunicação

Concordo.

Os comitês existem justamente porque água não pode ser administrada exclusivamente dentro de gabinetes. O documento reivindica participação de comunidades tradicionais, juventudes, mulheres, povos indígenas, populações vulneráveis e quilombolas.

Um governo que trabalha com evidências não teme participação social. Pelo contrário: dado técnico e conhecimento de quem vive no território precisam conversar.

10. Transformar a revitalização em política de Estado

Este talvez seja o compromisso mais importante.

O São Francisco existia antes de qualquer governo e continuará correndo depois dele. Sua revitalização não cabe num mandato de quatro anos.

Concordo com o CBHSF que ela exige continuidade administrativa, estabilidade institucional e investimentos permanentes.

Por isso, nosso compromisso não será criar uma marca de governo para o Velho Chico. Será fortalecer as instituições que permanecerão quando o governador mudar.

Há ainda uma contribuição da Agenda que considero particularmente valiosa: o convite para que Minas Gerais participe da elaboração do novo Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O documento propõe superar a fragmentação atual e construir, pela primeira vez, planejamento efetivamente integrado entre o rio principal e suas bacias afluentes.

Aceito esse compromisso.

Caso seja eleito, quero que Igam, Semad e demais órgãos estaduais participem dessa construção com capacidade técnica e disposição para compartilhar dados e pactuar prioridades com CBHSF, comitês afluentes, municípios, sociedade civil, União e usuários.

Também quero manter aberto o diálogo proposto pelo Comitê. A Carta não apresenta apenas reivindicações: oferece conhecimento técnico e institucional acumulado sobre uma bacia que atravessa seis estados e o Distrito Federal. Seria desperdício um governador imaginar que possui sozinho as respostas para um sistema dessa dimensão.

Para mim, existe ainda uma razão pessoal.

Quando penso no São Francisco, não penso primeiro numa secretaria ou numa legislação. Penso em Pirapora. Penso no meu pai. Penso no Benjamim Guimarães. Penso nas tardes da minha infância junto àquelas águas.

Hoje compreendo que cuidar dessa memória significa cuidar do futuro.

O menino que conheceu o São Francisco pela própria família cresceu e decidiu disputar o Governo de Minas Gerais. Se os mineiros me derem essa responsabilidade, aquelas águas terão no governador não apenas alguém que conhece sua importância econômica e ambiental, mas alguém que sabe, desde muito cedo, que um rio também pode fazer parte da história de uma pessoa, de uma família e de um povo.

Contem comigo para transformar esse vínculo em planejamento, proteção e resultado.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo
Candidato ao Governo de Minas Gerais
MDB – 15